

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
MARIA JOÃO LEOTE DE CARVALHO, VERA DUARTE, SÍLVIA GOMES, RAFAELA GRANJA	
PARTE I. JUSTIÇA JUVENIL	15
1. HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA JUSTIÇA JUVENIL	16
1.1. Inimputabilidade penal em razão da idade	17
ANA RITA ALFAIA TE	
1.2. Normas e orientações internacionais	29
MARIA PERQUILHAS	
2. ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA JUVENIL EM PORTUGAL	52
2.1. Da Lei de Proteção à Infância (1911) à Lei Tutelar Educativa (1999): dispositivos de proteção aos menores	53
ERNESTO CANDEIAS MARTINS	
2.2. A Lei Tutelar Educativa e as Medidas Tutelares Educativas	69
MARGARIDA SANTOS, CHANDRA GRACIAS	
2.3. Organização do sistema de justiça juvenil – intervenientes	87
PAULA CASALEIRO, PATRÍCIA BRANCO, DIANA BARROS	
2.4. Privação de liberdade: a medida de internamento em Centro Educativo	105
MARIA JOÃO LEOTE DE CARVALHO	
3. PERCURSOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA JUVENIL	120
3.1. Modelos e Programas de Prevenção da Delinquência Juvenil	121
GILDA SANTOS, MARGARIDA SANTOS	
3.2. Crítica das fontes de informação: a delinquência autorrevelada	137
PAULA CRISTINA MARTINS, CARLA CARDOSO, HUGO S. GOMES	
3.3. Trajetórias criminais: entrada / persistência / desistência	153
HUGO S. GOMES, GILDA SANTOS, MARGARIDA SANTOS	
4. POPULAÇÕES DO SISTEMA (DE JUSTIÇA) JUVENIL	166
4.1. Jovens com envolvimento dual em sistemas de proteção e de justiça juvenil	167
MARIA JOÃO LEOTE DE CARVALHO	

4.2. Problemas de saúde mental em jovens intervencionados pelo Sistema de Justiça Juvenil NÉLIO BRAZÃO, DIANA RIBEIRO DA SILVA, DANIEL RIJO	179
4.3. Da (in)visibilidade das raparigas VERA DUARTE	191
PARTE II. JUSTIÇA PENAL	209
5. ORIENTAÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL	210
5.1. Normas e orientações internacionais MÁRIO FERREIRA MONTE, PEDRO JACOB MORAIS	211
5.2. Organização do sistema de justiça penal em Portugal JOÃO PEDROSO, RUI CARIA	223
6. PERCURSOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL	235
6.1. <i>Sentencing</i> ANA GUERREIRO	237
6.2. Medidas e sanções comunitárias: O caso da vigilância eletrónica RAFAELA GRANJA	253
6.3. Prisões CATARINA FROIS	269
6.4. Transgressão Prisional da Pessoa em Reclusão MIRIAM PINA, JORGE QUINTAS	281
6.5. Reinserção social no pós-reclusão SÍLVIA GOMES, EVA CHAVES	299
7. POPULAÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL	316
7.1. Mulheres SÍLVIA GOMES, VERA DUARTE	317
7.2. Jovens adultos RAQUEL MATOS, MARIA JOÃO LEOTE DE CARVALHO	337
7.3. Pessoas idosas ANDREIA PIMENTEL, RAFAELA GRANJA	351
7.4. Grupos étnico-raciais e estrangeiros SÍLVIA GOMES	365
7.5. Pessoas inimputáveis FILIPE SANTOS	383
NOTAS BIOGRÁFICAS	401

INTRODUÇÃO

MARIA JOÃO LEOTE DE CARVALHO

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
(CICS.NOVA FCSH), Universidade NOVA de Lisboa (UNL)

VERA DUARTE

Universidade da Maia (UMaia)

Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG, ISCSP – ULisboa)

SÍLVIA GOMES

University of Warwick, Departamento de Sociologia

RAFAELA GRANJA

Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)

Na qualidade de investigadoras e docentes que abordam extensivamente as questões da justiça juvenil e penal, ao longo dos anos temos identificado uma clara lacuna na literatura académica direcionada para fins pedagógicos: a ausência de um manual abrangente sobre justiça juvenil e justiça penal que apresente os principais debates e tendências em âmbito quer nacional, quer internacional. Esta lacuna é tão mais visível quanto mais cresce o interesse sobre estes temas, não só na esfera social e política, mas também e sobretudo no domínio académico, conforme evidencia categoricamente a proliferação de cursos universitários que versam sobre o estudo destas temáticas, assim como no aumento da produção de publicações científicas nacionais e internacionais sobre temas relacionados com o sistema de justiça português.

Com base neste diagnóstico enraizado nas nossas experiências de investigação e docência, propusemo-nos organizar um manual que aborde vários temas, desde os princípios fundamentais da justiça juvenil e da justiça penal até às questões contemporâneas mais complexas. Para esse efeito, convocamos, por um lado, as nossas áreas de especialização a partir dos nossos percursos individuais e colaborativos. Vera Duarte e Maria João Leote de Carvalho têm trabalhado extensivamente sobre a reação dos mecanismos de controlo social às práticas de delinquência na infância e juventude. Sílvia Gomes e Rafaela Granja têm investigado de forma intensiva o sistema de justiça penal, nomeadamente as experiências de pessoas em reclusão numa perspetiva interseccional e as dinâmicas sociais, culturais, políticas, familiares e económicas subjacentes aos diferentes modos de encarceramento. Por outro lado, reconhecendo a necessidade de uma perspetiva ampla, diversificada e heterogénea, convidámos outros especialistas

nacionais reconhecidos para contribuírem com o seu conhecimento, experiências e reflexões em torno de outros temas.

É, pois, na intersecção de diferentes áreas temáticas e disciplinares que se situa este manual, que visa oferecer uma visão integrada e sistematizada sobre questões relevantes aos dois sistemas de justiça, com o intuito de auxiliar pessoas das áreas do ensino, investigação e intervenção, nomeadamente (mas não exclusivamente) na sociologia, criminologia, direito, psicologia e serviço social.

Pretende-se, assim, que este manual contribua para o avanço do conhecimento científico, bem como para o aprimoramento das práticas nos campos da justiça juvenil e penal em Portugal. Para este fim, a sua organização assenta em seis princípios orientadores, transversais a todos os capítulos:

- **sistematização do conhecimento:** o manual proporciona uma visão abrangente e sistematizada sobre questões fundadoras na administração da justiça juvenil e da justiça penal em Portugal;
- **enfoque pedagógico:** esta obra constitui um material didático, escrito de forma simples e acessível, oferecendo atividades formativas e recursos para aulas e sessões de estudo coletivas e individuais;
- **contextualização internacional e nacional:** tendo como pano de fundo o enquadramento dos principais debates internacionais, este manual oferece também uma discussão em torno de legislação, políticas públicas, práticas institucionais e projetos de investigação que permitem evidenciar lacunas e desafios particulares enfrentados no território nacional;
- **abordagem multidisciplinar:** os capítulos são escritos por investigadores/as e especialistas de diversas áreas disciplinares, com perspetivas teóricas e metodológicas diversificadas;
- **apresentação e discussão de evidência científica:** as análises e discussões apresentadas neste manual são suportadas em evidências científicas com base empírica provenientes de investigações realizadas em Portugal e outros contextos internacionais relevantes;
- **ponto de partida:** ao mapear a literatura, o manual não pretende esgotar todos os temas ou abranger a profundidade teórica, metodológica, analítica e reflexiva que cada tema exige; constitui-se antes como um ponto de partida onde se apresentam sugestões de leitura de aprofundamento em cada um dos temas.

Todos os capítulos do manual seguem um modelo-tipo, independentemente dos diferentes temas que cobrem, tendo em vista o objetivo pedagógico da obra. Estão assim organizados da seguinte forma:

- **Sumário** resumindo os tópicos analisados e os principais debates abordados sobre o tema;
- **Palavras-chave** acompanhadas de uma breve definição dos conceitos subjacentes;
- **Objetivos de aprendizagem** após a leitura de cada capítulo;
- **Apresentação de estudos e discussões** mais relevantes feitos em contexto internacional (sempre que aplicável) e território nacional;
- **Atividades formativas** que permitem aplicar os conhecimentos adquiridos de forma concreta visando estimular o pensamento crítico e promover o debate e a discussão;
- **Referências bibliográficas** centrais, de aprofundamento e citadas ao longo do capítulo, selecionadas com o intuito de enriquecer a experiência de aprendizagem.

O manual está dividido em duas grandes partes: 1 – Justiça Juvenil; 2 – Justiça Penal. Apesar de serem partes autónomas, estão ligadas entre si, quer no conteúdo temático, quer na forma. No total, são 24 capítulos, 12 em cada uma das partes, que se apresentam de seguida.

PARTE 1 – JUSTIÇA JUVENIL

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC), aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, e cuja entrada em vigor ocorreu em 2 de setembro de 1990, depois de ratificada pelo número necessário de Estados, é clara ao apontar, nos seus artigos 37.^º a 40.^º, que os Estados devem dispor de um sistema de administração da justiça para a intervenção junto de crianças e adolescentes suspeitos de envolvimento em práticas de factos qualificados pela lei penal como crime que esteja separado do sistema de justiça penal destinado aos adultos. Isso justifica-se pelo reconhecimento das características, especificidades e necessidades próprias do desenvolvimento na infância e juventude. É uma noção de justiça que se traduz na afirmação da criança como sujeito titular de direitos específicos juridicamente consagrados. Um sistema que ganha forma essencialmente através de quadros legislativos que instituem a designada justiça juvenil, atravessada por múltiplos desafios e tensões que se colocam nas mais diversas dimensões.

A justiça juvenil é uma área que requer especialização e cuja intervenção deve ser sustentada em evidência. Contudo, em muitos países, a justiça juvenil e o Direito das Crianças e dos Jovens tendem a ser vistos de uma forma menorizada perante outros campos do Direito, afetados por escassez de recursos e

de visibilidade na agenda pública. Isso traduz-se numa atuação cada vez mais exigente e complexa.

Para responder a estes desafios, a Parte 1 deste manual oferece uma análise de diversos aspectos relacionados com o sistema de justiça juvenil em Portugal. Está dividida em quatro secções distintas de forma a proporcionar uma compreensão histórica, legal e prática da justiça juvenil, assim como das experiências e desafios enfrentados pelos jovens envolvidos nesse sistema.

Na primeira secção – *História e desenvolvimento da justiça juvenil* –, Ana Rita Alfaia explora a inimputabilidade penal em razão da idade, destacando as implicações legais e éticas relacionadas com a responsabilidade criminal dos/as jovens (Capítulo 1.1), e Maria Perquilhas examina as normas e orientações internacionais que moldam as políticas de justiça juvenil em Portugal, fornecendo um contexto global para a compreensão do sistema (Capítulo 1.2).

A segunda secção – *Organização do sistema de justiça juvenil em Portugal* – é composta por quatro capítulos que dialogam entre si. Ernesto Candeias Martins traça a evolução histórica desde a primeira Lei de Proteção à Infância (1911) até à Reforma do Sistema de Justiça de Menores (1999) (Capítulo 2.1). Margarida Santos e Chandra Gracias continuam a discussão anterior, apresentando a Lei Tutelar Educativa e as Medidas Tutelares Educativas e oferecendo uma visão prática e jurídica dessas intervenções (Capítulo 2.2). Paula Casaleiro, Patrícia Branco e Diana Barros analisam a organização da justiça juvenil e os seus intervenientes, escrutinando os papéis dos diversos atores e instituições (Capítulo 2.3). Maria João Leote de Carvalho explora criticamente a privação de liberdade, focando-se na medida tutelar educativa de internamento em Centro Educativo (Capítulo 2.4).

Na terceira secção – *Percursos no sistema de justiça juvenil* –, Gilda Santos e Margarida Santos discutem estratégias de prevenção da delinquência juvenil (Capítulo 3.1). Paula Cristina Martins, Carla Cardoso e Hugo Gomes fazem uma crítica das fontes de informação, destacando os desafios da recolha e análise da delinquência autorrevelada (Capítulo 3.2). Hugo Gomes, Gilda Santos e Margarida Santos exploram as trajetórias delinquentes, abordando as fases de entrada, persistência e desistência no sistema de justiça juvenil (Capítulo 3.3).

A quarta e última secção – *Populações do sistema (de justiça) juvenil* – traz-nos três capítulos que, não esgotando de todo a sua diversidade, nos permitem compreender as complexidades de sujeitos particulares e a importância de intervenções mais informadas e orientadas para atender às necessidades específicas de cada grupo. Maria João Leote de Carvalho analisa jovens com envolvimento dual em sistemas de proteção e de justiça juvenil (Capítulo 4.1). Nélia Frazão, Diana Ribeiro da Silva e Daniel Rijo abordam os problemas de saúde mental

em jovens intervencionados neste sector da justiça (Capítulo 4.2) e Vera Duarte destaca as especificidades das experiências de raparigas no mesmo quadro (Capítulo 4.3).

PARTE 2 – JUSTIÇA PENAL

A justiça penal está cada vez mais no centro do debate popular, político e mediático, desencadeando assim reações emotivas e de polarização face às pessoas em contacto com o sistema de justiça. Porém, são múltiplos os (pre)conceitos que populam o senso comum sobre o que é, quem faz parte dele e que impactos produz. Esta parte do manual visa, por um lado, elucidar com base científica sobre o que são as normas internacionais que ditam o modo como estas instituições devem intervir e, por outro, apresentar uma distribuição clara de como o sistema de justiça funciona em Portugal. A partir daí, reflete-se sobre os debates internacionais e nacionais das diferentes etapas dentro do sistema de justiça penal, desde os tribunais às prisões, analisando os múltiplos impactos sociais, económicos, familiares e profissionais, que se instituem durante todo o envolvimento com o sistema de justiça penal, bem como para lá dele. Na qualidade de organizadoras, pretendemos evidenciar que, ao compreender as problemáticas associadas às diferentes etapas do sistema de justiça penal, podemos relevar os múltiplos e diversos mecanismos formais e informais que conduzem à sobrerenpresentação de determinados grupos e populações no sistema de justiça, bem como a interferência deste sistema para agudizar desigualdades sociais pré-existentes. Uma compreensão aprofundada destas questões é, assim, a pedra basilar para desenvolver uma perspetiva crítica sobre o sistema de justiça penal e as suas populações e um ponto de partida para construir uma cidadania consciente das desigualdades.

A Parte 2 está dividida em três secções que visam apresentar diferentes facetas das orientações e organização do sistema de justiça penal, bem como os percursos e populações que dele fazem parte.

Na primeira secção – *Orientações e Organização do Sistema de Justiça Penal* –, Mário Monte e Pedro Jacob Morais definem a justiça penal no âmbito das resistentes declinações da justiça, discutem a função do direito penal e apresentam diversos instrumentos normativos internacionais e europeus que, no seu conjunto, constituem o sistema global de justiça penal (Capítulo 5.1). João Pedroso e Rui Caria apresentam a organização do sistema de justiça em Portugal através das diferentes instituições, englobando apoio às vítimas, investigação criminal, tribunais com competência em matéria criminal e instituições de execução de penas (Capítulo 5.2).

Na segunda secção – *Percursos no sistema de justiça* –, Ana Guerreiro foca-se nos estudos de *sentencing* ao nível internacional e nacional, nomeadamente nas disparidades das sentenças. A sua reflexão mostra que estas disparidades podem colocar em causa a confiança da sociedade na atuação do sistema de justiça penal, evidenciando ainda a necessidade da formulação de diretrizes de sentenças (Capítulo 6.1). Rafaela Granja introduz as medidas e sanções comunitárias, focando-se maioritariamente no caso da vigilância eletrónica em Portugal para discutir criticamente a tese do alargamento da malha penal (Capítulo 6.2). Num capítulo dedicado às prisões, Catarina Fróis apresenta e discute autores e conceitos centrais no estudo dos sistemas prisionais, expandindo depois para perspetivas críticas do sistema penitenciário ao nível internacional e para a caracterização da população e experiências prisionais em Portugal (Capítulo 6.3). Miriam Pina e Jorge Quinta introduzem o tema da transgressão prisional da pessoa em reclusão, fazendo uma revisão teórica em torno da teoria da importação e da teoria da privação. Apresentam ainda estudos internacionais sobre o tema e mostram que este é ainda um campo embrionário em Portugal mas fundamental para diminuir a violência e prevenir a reincidência em contextos prisionais (Capítulo 6.4). Finalizando esta secção, Sílvia Gomes e Eva Chaves discutem criticamente o conceito de reinserção social em contraste com outros conceitos penológicos, para depois apresentar e discutir os estudos internacionais e nacionais sobre o tema, revelando os diferentes elementos que contribuem ou obstaculizam o processo de reentrada e, no limite, a desistência e reincidência criminais (Capítulo 6.5).

Por fim, pela mão de Sílvia Gomes e Vera Duarte, a secção *Populações no sistema de justiça* abre com a discussão sobre a invisibilização dos estudos das mulheres no sistema de justiça. As autoras discutem também a importância da criminologia feminista e do feminismo anti carcerário para o desenvolvimento de estudos com enfoque de género e interseccional com vista a compreender os fenómenos de encarceramento de mulheres e de diferentes segmentos de mulheres (Capítulo 7.1). Raquel Matos e Maria João Leote de Carvalho discutem o conceito de jovens adultos e expõem os principais debates internacionais e nacionais sobre esta população no sistema de justiça penal, focando-se na diversidade da classificação, na centralidade da idade da imputabilidade penal e na prevenção e justiça restaurativa (Capítulo 7.2). Andreia Pimentel e Rafaela Granja discutem o fenómeno do envelhecimento da população prisional, apresentando estudos internacionais e nacionais sobre o tema e discutindo em particular a (in)definição do indivíduo recluso idoso, os motivos que conduzem ao envelhecimento da população prisional e as suas ramificações, em termos de experiências e vivências de pessoas idosas recluídas em contexto nacional (Capítulo 7.3). Sílvia Gomes

aborda os grupos étnico-raciais e estrangeiros no sistema de justiça penal para discutir criticamente o papel das desigualdades sociais na explicação da sobre-representação destes grupos em contexto prisional. Aborda também as limitações estatísticas para o estudo desta problemática, assim como a existência de diferentes grupos que estão sobrerepresentados nos diferentes contextos, internacionais e nacionais (Capítulo 7.4). Fechando a obra, Filipe Santos analisa as pessoas inimputáveis a cumprirem pena de prisão, focando-se na delimitação do conceito de inimputabilidade e critérios associados, na aplicabilidade da medida de segurança e legislação aplicável (Capítulo 7.5).

Esperamos que os conteúdos deste manual possam contribuir para a expansão e consolidação destes campos de estudo em Portugal, com base em evidência científica atualizada e capaz de responder aos múltiplos desafios levantados pela justiça juvenil e penal.